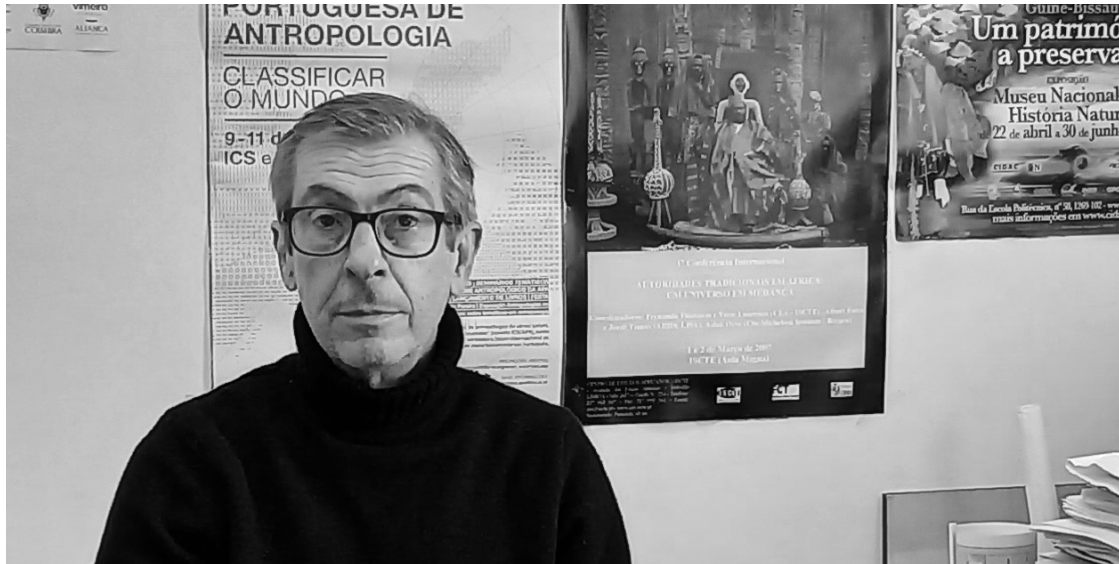


CRIAÇÕES



CRIA
Centro em Rede
de Investigação
em Antropologia



Pessoas

A PARTIR DE UMA ENTREVISTA DE
JOÃO GONÇALVES (CRIA-UC) A
FERNANDO FLORÊNCIO (CRIA-UC)

JUNHO DE 2022

Fernando Florêncio

ANTROPÓLOGO E PROFESSOR

O Professor Fernando Florêncio tem 62 anos de idade e é natural da freguesia de Barcarena, do concelho de Oeiras, no distrito de Lisboa. Iniciou a sua formação académica no ISCTE, na Licenciatura em Antropologia Social, terminando-a em 1990. Já casado, realizou, no âmbito da sua dissertação do Mestrado em Estudos Africanos, o seu primeiro trabalho de campo em Moçambique, concluindo o mestrado em 1995, também no ISCTE.

Para além de antropólogo e africanista, revela que o papel de pai foi o mais importante em todo o seu percurso de vida, marcando fortemente as suas opções da vida profissional

Posteriormente, até 1997, desempenhou funções como observador e chefe de missão na UNHRFOR (*United Nations Human Rights Field Operations for Rwanda*), dentro da missão da UNAMIR (Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda). De volta a Portugal, prosseguiu o Doutoramento em Estudos Africanos, na mesma instituição, e regressou ao trabalho de campo em Moçambique. Apresentou a sua tese em 2003, intitulada *Autoridades Tradicionais vaNdau, Estado e Política Local em Moçambique*. Ainda durante o seu doutoramento, divorciou-se e, a partir de 2001, passou a dividir as suas semanas entre Lisboa e Coimbra, onde passou a lecionar enquanto professor assistente no então Departamento de Antropologia – atual Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra.

Foi a convite do Professor Manuel Laranjeira, que iniciou a sua docência em Coimbra. O facto de ser dos poucos antropólogos e africanistas em Portugal, aliado à falta de docentes na vertente da antropologia social, em Coimbra, e à vontade expressa pelo Professor Laranjeira e

pelo Professor Nuno Porto, em recuperar o Núcleo de Estudos Africanos do antigo Centro de Investigação em Antropologia (CIA), foram alguns dos motivos deste convite.

Nesta conversa com o Professor Fernando Florêncio, procurou-se conhecer melhor a pessoa por detrás das várias histórias de campo que preenchem as suas aulas e, sobretudo, perceber como nasce a sua paixão pela antropologia e pelo contexto africano.

Para além de antropólogo e africanista, revela que o papel de pai foi o mais importante em todo o seu percurso de vida, marcando fortemente as suas opções da vida profissional.

Os motivos que o conduziram ao trabalho de campo no continente africano estão intimamente associados às razões que o levaram a interessar-se pela antropologia. “Uma parte da minha formação pessoal tem a ver com alguns contactos com a diferença, que eu tive desde a infância”, afirma. Enquanto assistente social, a sua mãe trabalhou durante vários anos para a Câmara Municipal de Oeiras e esteve ligada à antiga

Junta de Freguesia da Amadora. Uma das suas tarefas referia-se ao levantamento das condições habitacionais e de vida de pessoas que recorriam ao antigo Subsídio de Pobreza, e, portanto, percorria alguns dos bairros da Amadora que, na altura, se encontravam em expansão. “E quando isso acontecia, por exemplo, nas minhas férias escolares, a minha mãe pegava em mim e levava-me com ela”. Tais experiências colocaram-no em contacto direto com a pobreza, testemunhando “condições completamente distintas” das suas, já que era uma criança de “classe média, média alta”. Por

outro lado, foi educado pelo seu avô materno, que era comunista e que lhe ensinou a respeitar a diferença e os mais desfavorecidos.

Apesar de tudo, até ao final do décimo segundo ano, o seu percurso orientava-se para a área das engenharias, mais concretamente para a engenharia química e, somente quando, “por acaso”, contactou com a antropologia que se praticava no ISCTE, é que tomou a decisão de prosseguir nesta área.

Ao longo da licenciatura, aprofundou o seu interesse pelo exó-



tico e por outros modelos de vida distintos do ocidental e o facto da antropologia portuguesa se centrar em demasia no próprio contexto português ou europeu, conduziu-o ao Mestrado em Estudos Africanos: “Não me imaginava a fazer trabalho de campo numa aldeia do norte, do centro ou do sul. Queria ter uma experiência, na verdade, ‘Malinowskiana’ e isso também tinha muito a ver com o facto da formação do ISCTE ser, sobretudo, teórica e, portanto, eu vinha com muita ilusão dessa experiência”. Poderia, portanto, ser qualquer contexto, “desde que não fosse europeu. Por acaso, coincidentemente, havia um Mestrado em Estudos Africanos no ISCTE”.

Quando questionado sobre a origem das suas áreas de interesse de pesquisa, como a religião, a política, o conflito e a transformação social, responde que todos estes remontam à sua adolescência e, talvez, também à sua infância. Sempre teve interesse na religião “apesar de ser um ateu empedernido e racionalista”. Na sua família, a religião sempre representou um conflito ou uma fonte de tensão, embora apenas “tivesse dado conta dela depois do 25 de abril,

não é?” Do lado paterno, a sua avó era profundamente católica, porém, o seu avô paterno, tal como o avô materno, eram membros do Partido Comunista, durante o período de clandestinidade, inclusive. No entanto, confessa que foram as opções políticas que se abriram a seguir ao 25 de abril que influenciaram o seu interesse pelo tema do conflito e também a sua postura anticlerical, mais concretamente devido à sua proximidade a grupos anarquistas, embora, formalmente, nunca se tenha filiado a algum. Para além disto, a partir do momento em que adquiriu o prazer pela leitura, na sua juventude – sobretudo pela história e pela história medieval europeia ou ocidental – começou a compreender a posição de poder e de hegemonia da Igreja no contexto europeu, fruto da separação incompleta entre o Estado e a Igreja. Mais tarde, a formação em antropologia, explica, “também me deu a noção de que em muitas sociedades não existe essa separação entre o político, o religioso, o económico”.

Sobre experiências no terreno que o tenham impactado pessoalmente, diz ser uma escolha difícil: “Não sei... O contexto do

Ruanda, por exemplo, era um contexto de tal modo stressante, em que tudo é exponenciado, vivido no momento e que, obviamente, eu, hoje, trinta anos depois, já hiper mega relativizei, não é? Porque aquilo que te apaixona, apaixona-te verdadeiramente naquele contexto. Mas aquilo que te causa asco e ódio, tu odeias profundamente... É claro que, depois, à medida que te afastas do contexto, já não consegues reproduzir esses impactos momentâneos... A fome ou o desespero..."

"O trabalho de campo são, muitas das vezes, dias e dias à espera do nada, debaixo de condições, para dizer o mínimo, horríveis... Mal dormido, mal comido, mal bebido... Pronto...". Acrescenta que esta "espera" que, naquele momento, conduz a "uma situação de desespero", é relativizada rapidamente em retrospectiva. "Mas tu, naquele momento, não é essa a perspectiva que tens. A exponenciação da coisa, como, sei lá, à noite tu sentires-te desesperado por um qualquer motivo - pela ausência da família, pelas saudades - tudo isso, ao olhares para aquele céu onde não há uma luz, só a luz das estrelas, e achares que podias passar ali o resto

da tua vida, não é? E da parte da tarde, detestaste aquilo porque, afinal de contas, eras para ter uma conversa com um chefe e ele não apareceu ou chegaste lá a casa e ele não estava... Portanto, (o trabalho de campo) é uma montanha-russa de sentimentos que depois, obviamente, vai aplanando. As profundezas vão diminuindo e as altitudes também, não é?"

Já decidido, avança que a sua primeira experiência de campo em Moçambique, em 1994, foi "a mãe de todas as batalhas. A primeira. As outras tu já vais, já sabes, já antecipas algumas coisas, corriges muitos dos outros disparates... A primeira não. Vais virgem, completamente. Cru, virgem, ingénuo". Apesar da guerra civil ter terminado em outubro de 1992, afirma ter-se deparado ainda com um cenário de guerra, já que o modo de vida das pessoas, na prática, ainda era o mesmo. O Estado não tinha capacidade de penetrar em zonas ocupadas pela guerrilha e as populações não estavam habituadas a prestar contas às autoridades estatais ou à guerrilha.

Decidiu ir viver para o meio do mato e a sua primeira grande lição referiu-se à distribuição de

[o trabalho de campo] é uma montanha-russa de sentimentos que depois, obviamente, vai aplanando. As profundezas vão diminuindo e as altitudes também



comida, recorda: “Quando eu me apercebi que os homens adultos comiam e que as mulheres e as crianças comiam menos que os homens adultos... A primeira grande lição levei de um homem do mato que me disse, basicamente, que – «Um homem cria filhos, mas os filhos não criam homens. E o que é que acontece a esta família se eu morrer?» – na verdade, não era uma família, eram duas famílias unificadas numa, porque o senhor Menge também vivia em levirato com a viúva de um irmão dele. Os Ndaus praticavam levirato.

Demorei que tempos para perceber isso, que aquela senhora e os quatro ou cinco filhos – não era só a viúva do falecido irmão do senhor Menge – o senhor tinha-a tomado como segunda esposa e alguns daqueles miúdos já eram filhos dele, os mais novos, e ele era o único homem”.

Conta que, no seu regresso, já em doutoramento, em 2001, tinham-se mudado para a costa, para a vila do Búzi, e que o senhor Menge e os dois filhos mais velhos passaram a dedicar-se à pesca, à secagem e à

venda de peixe. Explica também que passaram a integrar uma congregação religiosa cristã de carácter mutualista, que prestava auxílio a viúvas. A condição de viuvez, num contexto de vida no meio do mato, em sociedades patrilineares, como no caso dos Ndaus, “era muito complicada”, acrescenta.

A sua participação na missão de direitos humanos, no Ruanda, impactou a sua postura perante a vida de uma forma mais direta do que a sua carreira académica: “Sim, há um pré-Ruanda e um pós-Ruanda, não é? E até a maneira como eu me passei a olhar a mim próprio e, na verdade, a minha própria personalidade e maneira de ser. Não se sai incólume de uma experiência dessas, se bem que passaram alguns anos até eu ter consciência disso...”

O facto de a experiência ter sido “tão marcante”, demoveu-o de querer reviver aquele contexto no âmbito da sua tese de doutoramento. Após decidir sair da missão por circunstâncias variadas, como a perspectiva de poder vir a trabalhar no Ministério dos Negócios Estrangeiros, acabou por seguir os conselhos do seu antigo pro-

fessor, Armando Trigo de Abreu, que o confrontou com a opção de fazer um doutoramento.

Conta que teve ainda a oportunidade de o fazer no King’s College, em Londres, com “um dos grandes craques dos estudos africanos”, Patrick Chabal, que tinha manifestado interesse em trabalharem juntos. Foi então convidado a participar numa conferência no King’s College, sobre jovens investigadores de estudos africanos e apresentou uma comunicação baseada no seu projeto de doutoramento, decidido a tratar o tema das autoridades tradicionais em Moçambique. Porém, “ele não estava minimamente interessado em que isso acontecesse. Interessava-lhe mais que eu fosse trabalhar o Ruanda. Tinha um modelo teórico que estava a terminar e, mais tarde, foi publicado em livro, dele e do Daloz, o *Africa Works: Disorder as Political Instrument*, e eu não queria voltar ao Ruanda, pronto”. Foi-lhe sugerido que, tratando-se de uma tese em ciência política, o conhecimento e a documentação que tinha trazido do Ruanda bastariam, não sendo necessário regressar. “E eu, como antropólogo, achava que não”, acrescenta, “tenho

que lá pôr os pés como antropólogo, não é?” Optou então por fazer o doutoramento no ISCTE, já que se iniciava um programa sobre estudos africanos, que lhe dava total liberdade sobre o tema.

“Há um pré-Ruanda e um pós-Ruanda. [...] Não se sai incólume de uma experiência dessas, se bem que passaram alguns anos até eu ter consciência disso...”

A decisão de trabalhar o tema das autoridades tradicionais em Moçambique, deveu-se ao facto de se ter tornado num tema de destaque nos estudos africanos entre 1995 e 2005 e de, apesar disso, não ser abordado por ninguém nos PALOP. Até este período, estes atores sociais não constavam na literatura existente e, como a sua dissertação de mestrado retratava o período antecedente, não tiveram lugar na sua investigação inicial. Ex-

plica que, até então, na maioria dos países africanos e, em particular, nos PALOP, “a seguir à independência, estes atores, que foram importantíssimos para o Estado colonial, tinham sido completamente marginalizados. Nalguns casos, como até no caso de Moçambique, perseguidos, proibidos e tudo isso”. Reemergiram devido à necessidade de o Estado moçambicano os incorporar, por diversas razões que mais tarde aprofunda.

Ainda enquanto doutorando, participou numa equipa de um projeto de investigação coordenado pelo Professor Eduardo Costa Dias, do ISCTE, dedicado precisamente à influência das autoridades tradicionais nos processos de transformação política dos PALOP. A guerra civil em curso, em Angola, não permitiu o trabalho de campo nesse contexto e, dado que em São Tomé e Cabo Verde não existiam autoridades tradicionais, o projeto compreendeu apenas Moçambique e a Guiné, englobando, posteriormente, o Zimbabué.

Já doutorado, e na qualidade de investigador principal, o seu segundo projeto referiu-se às con

figurações e reconfigurações do Estado em África. “Aí juntei uma equipa – eu já estava a trabalhar sobre Angola e, portanto, a minha contribuição era exatamente sobre a contribuição das autoridades tradicionais para a construção do Estado a um nível local”. A restante equipa desdobrou-se entre o Gana, a Etiópia, Moçambique e a região fronteiriça entre o sul de Angola e a Namíbia.

O seu terceiro projeto “foi um enorme desafio, porque foi um projeto alemão financiado pela Volkswagen, de Freiburg, da Universidade de Freiburg, do ABI (Arnold-Bergstraesser Institut)”. Consistia na comparação entre processos de reconstrução pós-guerra civil, na Namíbia e em Angola, e o seu orientador de doutoramento, Franz Heimer, foi um dos participantes na sua conceção. Devido às limitações existentes na formação universitária angolana, “o Heimer achou, e com toda a razão, que não se trataria só de fazer investigação sobre isso, mas de formar indivíduos. Então ele conseguiu que o projeto e que a Volkswagen concedesse uma série de bolsas de mestrado e de doutoramento para estudantes angolanos”. Trabalhou como subco-

ordenador para a área do Estado e Desenvolvimento Local em Angola, acompanhando o percurso dos bolseiros, e coordenou a publicação de um livro referente ao contexto angolano, intitulado *Dynamics of Social Reconstruction in Post-War Angola*.

Mais recentemente, devido às limitações do calendário letivo e às responsabilidades enquanto docente, não lhe tem sido possível realizar trabalho de campo em África de forma prolongada. Desde 2018, participa num projeto do Centro de Ecologia Funcional (CEF), em Coimbra, sobre as relações do parque da Gorongosa com as populações à sua volta, que inclui formação ao pessoal do parque. Porém, o contexto de guerra civil em Moçambique, desde 2012, e a deslocação das bases da RENAMO para a montanha da Gorongosa, impossibilitaram o trabalho. Em alternativa, procurou investigar o universo religioso dos professores karamba, curandeiros africanos em Portugal, mas, rapidamente, chegou à conclusão de que estes se encontram, sobretudo, em Lisboa, pelo que se viu obrigado a desistir do tema.

Não podendo realizar trabalho



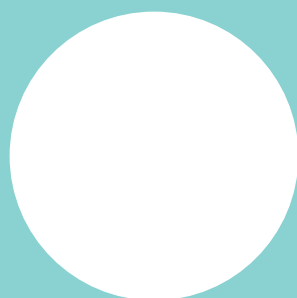
de campo com estadia prolongada em África ou em Lisboa, optou por investigar o culto em torno da Rainha Santa Isabel, nomeadamente os processos de identificação e a identidade no culto, a um nível regional. A crise pandémica veio suspender os festejos e coincidiu com a sua sabática, o período em que planeava realizar entrevistas com o culto e também regressar a Moçambique, no âmbito do projeto. Conta, agora, voltar às entrevistas e ao trabalho de campo nos festejos da Rainha Santa Isabel.

Sobre um possível regresso a África, “a la longo”, antes da reforma, acha impossível, “até porque, obviamente, não vou ter mais nenhuma sabática, não é? [Rimo-nos]”. Planeia, contudo, submeter um projeto sobre o impacto do turismo em determinadas zonas costeiras de Moçambique. Conta fazer algumas visitas, “nem que seja para trabalhar com futuros investigadores da equipa, acompanhando nalgumas estadias de tipo três semanas ou qualquer coisa assim”.

Mas o professor confessa nunca ter criado expectativas. “Nunca fui de fazer planos para o futuro...”. Não o fez com a sua licenciatura, com o seu mestrado, com o seu doutoramento, nem, depois, com a vinda para Coimbra. O único plano

que teve foi ir para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e acabou por não ir. “A vida faz-se caminhando, não é?”, pergunto-lhe, ao qual me responde, “Sim, eu acho graça quando oiço aquela coisa do *carpe diem*, porque eu acho que nasci num barril de *carpe diem*. O outro foi no da poção mágica, não é? Porque eu não tenho assim nenhuma ideia, desde miúdo – toda a gente me perguntava «O que é que querias ser quando eras miúdo?» – eu não tenho ideia absolutamente nenhuma de alguma vez ter querido ser alguma coisa... É tipo, epá, logo se vê. Agora estou bem, pronto”.

“Eu acho graça quando oiço aquela coisa do *carpe diem*, porque acho que eu nasci num barril de *carpe diem*”



CRIAÇÕES É UMA PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO DE CIÊNCIA DO CRIA E CONTA COM A COLABORAÇÃO DE CATARINA FIGUEIREDO, DOUGLAS SANTOS, EDUARDA ROVISCO, JOÃO GONÇALVES, VANESSA IGLÉSIAS AMORIM E VERA AZEVEDO.

DESIGN: MARIANA CAMACHO